

DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2020

| AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) |                         |        |                          |        |                   | RS 1,00       |
|-----------------------------------------------------|-------------------------|--------|--------------------------|--------|-------------------|---------------|
| ESPECIFICAÇÃO                                       | Metas Previstas em 2018 | % RCL  | Metas Realizadas em 2018 | % RCL  | Variação          |               |
|                                                     | (a)                     |        | (b)                      |        | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total                                       | 56.260.564.579          | 115,22 | 54.338.012.265           | 111,28 | (1.922.552.314)   | (3,42)        |
| Receitas Primárias (I)                              | 49.165.432.591          | 100,69 | 51.596.316.248           | 105,66 | 2.430.883.657     | 4,94          |
| Despesa Total                                       | 56.260.564.579          | 115,22 | 54.157.141.736           | 110,91 | (2.103.422.843)   | (3,74)        |
| Despesas Primárias (II)                             | 50.729.801.549          | 103,89 | 47.790.240.279           | 97,87  | (2.939.561.270)   | (5,79)        |
| Resultado Primário (III) = (I-II)                   | (1.564.368.958)         | (3,20) | 3.806.075.969            | 7,79   | 5.370.444.927     | (343,30)      |
| Resultado Nominal <sup>d</sup>                      | (4.347.877.000)         | (8,90) | 2.655.419.232            | 5,44   | 7.003.296.232     | (161,07)      |
| Dívida Pública Consolidada                          | 46.078.832.240          | 94,37  | 43.260.720.299           | 88,59  | (2.818.111.941)   | (6,12)        |
| Dívida Consolidada Líquida                          | 41.675.457.428          | 85,35  | 35.443.735.694           | 72,59  | (6.231.721.734)   | (14,95)       |

FONTES:  
(a) Lei nº 16.961, de 20 de julho de 2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019;  
(b) Anexo 14 RREO - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Consolidado Geral 2018; e  
Anexo 6 RREO - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Consolidado Geral 2018.  
(d) Resultado Nominal realizado em 2018 calculado pelo método acima da linha, de acordo com MDF 9º ed.

O ano de 2018 apresentou um tímido crescimento do Produto Interno Bruto - de 1,1% - evidenciando recuperação gradual da economia brasileira, iniciada em 2017. A inflação anual observada em 2018 foi de 3,75%, abaixo do centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil e dentro do intervalo de tolerância estabelecido.

Ao analisar os números abaixo, deve-se considerar que variações acima de 3,75% indicam ganhos reais, e variações inferiores perda real. Todas as comparações referem-se ao ano de 2017.

| Receitas Consolidada                        | Janeiro a Dezembro |        | Variação Nominal |
|---------------------------------------------|--------------------|--------|------------------|
|                                             | 2017               | 2018   |                  |
| RECEITAS CORRENTES                          | 50.682             | 52.405 | 3,4%             |
| Impostos, taxas e contribuições de melhoria | 27.593             | 29.723 | 7,7%             |
| IPRU                                        | 8.363              | 9.254  | 10,6%            |
| ISS                                         | 12.515             | 14.373 | 14,8%            |
| ITBI                                        | 1.831              | 1.980  | 8,2%             |
| Demais Tributos                             | 4.885              | 4.115  | -15,8%           |
| Receita de Contribuições                    | 3.751              | 3.947  | 5,2%             |
| Receita Patrimonial                         | 990                | 773    | -21,9%           |
| Receita de Serviços                         | 234                | 258    | 10,0%            |
| Receita de Transferências                   | 14.458             | 15.177 | 5,0%             |
| IFPM                                        | 286                | 307    | 7,3%             |
| ICMS                                        | 6.946              | 7.195  | 3,6%             |
| IPVA                                        | 2.423              | 2.497  | 3,0%             |
| Demais                                      | 4.803              | 5.178  | 7,8%             |
| Outras Receitas Correntes *                 | 3.655              | 2.528  | -30,8%           |
| RECEITAS DE CAPITAL                         | 1.086              | 1.933  | 78,1%            |
| Operações de Crédito                        | 44                 | 149    | 235,1%           |
| Alienações de Bens                          | 23                 | 22     | -2,5%            |
| Amortização de Empréstimos                  | 22                 | 23     | 4,9%             |
| Transferências de Capital                   | 642                | 714    | 11,2%            |
| Outras Receitas de Capital                  | 354                | 1.025  | 189,5%           |
| Outorga Onerosa                             | 210                | 345    | 64,0%            |
| Demais                                      | 144                | 680    | 372,9%           |
| TOTAL                                       | 51.768             | 54.338 | 5,0%             |

\* em 2017, Outras Receitas Correntes incluem o valor de Depósitos Judiciais, diferentemente de 2018, ano em que os Depósitos Judiciais foram contabilizados em Outras Receitas de Capital

RECEITAS CORRENTES

Em 2018, a Receita Corrente aumentou nominalmente 3,4%, totalizando R\$52,4 bilhões – valor superior em R\$247 milhões em relação ao orçado (R\$52,2 bilhões). A Receita Corrente é composta pelas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

A Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou crescimento de R\$2,1 bilhões, variação equivalente a 7,7% em relação ao ano anterior. Este grupo é responsável por 55% da arrecadação da Receita Total.

A arrecadação do ISS apresentou uma variação nominal de 14,8%, desconsiderando-se os recursos provenientes de programas de parcelamento. Este imposto tem estreita correlação com o PIB Serviços, que cresceu 1,3% em 2018 – sendo sua segunda alta consecutiva – o que pode indicar sinais de recuperação do setor.

A arrecadação do ISS cresceu mais do que o PIB Serviços devido a ações tomadas pelo Poder Público. Ao longo do ano, a Secretaria Municipal da Fazenda realizou diversas ações de inteligência fiscal com o objetivo de combater fraudes e sonegação de impostos. Além disso, as malhas fiscais têm sido intensificadas para identificar possíveis irregularidades na arrecadação dos tributos.

A arrecadação com o IPTU aumentou 10,6% e representa a segunda maior receita do município. A Lei nº 16.768, de 21 de dezembro de 2017 atualizou os valores unitários do metro quadrado de construção e de terreno em 3,0% para produzir efeitos no ano de 2018. Além deste reajuste, a arrecadação do tributo contou com emissões de exercícios anteriores, aumento no cadastro de imóveis e crescimento vegetativo. Além disso, alguns imóveis perceberam os efeitos do reajuste da Planta Genérica de Valores (PGV) de 2013, o que decorre da aplicação do limite máximo anual de 10% de reajuste do IPTU para imóveis residenciais e 15% para os demais, definido na Lei nº 15.889/13, sendo que estes índices devem ser aplicados até que o aumento integral do IPTU seja atingido.

Em 2018, o ITBI arrecadou R\$ 1,98 bilhão, contra R\$ 1,83 bilhão em 2017, o que representa um aumento nominal de 8,2%.

A Receita Patrimonial apresentou queda nominal de 21,9%. Essa redução foi causada pelo rendimento mais baixo das aplicações financeiras da municipalidade devido à queda da taxa SELIC no período, cuja média de 2017 foi de 9,96%, enquanto a taxa média em 2018 foi de 6,42%.

As Receitas de Transferências Correntes cresceram nominalmente 5,0%, considerando a nova classificação contábil, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição/Secretaria do Tesouro Nacional para a Receita de Serviços de Saúde. Este grupo é responsável pela segunda maior arrecadação do município, representando 28% da receita total.

O componente mais relevante desse grupo é a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No total, o repasse do ICMS apresentou variação nominal de 3,6%.

A cota-parte do IPVA apresentou variação nominal de 3,0%. Apesar da queda real dos preços dos veículos usados e de um crescimento baixo na frota do município, houve um expressivo aumento dos licenciamentos de veículos novos. Os licenciamentos de veículos no Brasil cresceram 14,6% no período de janeiro a dezembro de 2018, segundo dados da ANFAVEA, e se expandiram em 12,4% na cidade de São Paulo, segundo dados de relatórios do DETRAN-SP.

O Fundo de Participação dos Municípios apresentou uma variação nominal de 7,3%.

O grupo Outras Receitas Correntes apresentou expressiva queda nominal devido à mudança de classificação contábil da rubrica Depósitos Judiciais – LC 151/2015 e das multas e juros de mora. Desconsiderando esse efeito, a variação é de 1%.

RECEITAS DE CAPITAL

No exercício de 2018, as receitas de capital representaram 4% da Receita Total, apresentando variação nominal de 78,1%, grande parte devido a mudança na classificação contábil de Depósitos Judiciais. Se retirado este efeito, o crescimento foi de 24%.

A Lei nº 16.772, de 27 de dezembro de 2017 estimou um montante de R\$ 4,2 bilhões de Receitas de Capital, e a arrecadação total contabilizou R\$ 1,9 bilhão. Desconsiderando os Depósitos Judiciais, a arrecadação foi de R\$1,3 bilhão.

O ano de 2018 merece um destaque pela retomada da captação de Operações de Crédito pelo Município. Apesar de se realizarem menos operações que o previsto inicialmente no ano, arrecadou-se R\$ 149 milhões neste grupo de receitas, sendo R\$ 100 milhões relativos ao Programa Habitacional Casa da Família, R\$ 30 milhões do Programa Asfalto Novo e R\$ 19 milhões do PNAFM. As Operações de Crédito serão importantes fontes de recurso para investimentos nos próximos anos.

Outro grupo que merece destaque é o de Transferências de Capital, cuja variação nominal foi de 11,2%. O principal componente deste grupo corresponde às transferências provenientes de Convênio com a SABESP para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Outra parte relevante se refere às Transferências do Governo Federal.

Em Outras Receitas de Capital destaca-se o ingresso de recursos de Depósitos Judiciais decorrentes da LC 151/2015. Em 2018, essa entrada foi de R\$ 586 milhões. Desconsiderando esse recurso, a variação observada é de 24%.

Também neste grupo, cabe ressaltar o aumento de 64% da arrecadação com Outorga Onerosa proveniente do Plano Diretor, indicando um movimento positivo do mercado imobiliário pelo aumento da demanda do potencial construtivo.